

Discursos parlamentares sobre a Amazônia: sobre o que falam os deputados brasileiros

Antonio Teixeira de Barros¹

Resumo

O artigo analisa os discursos parlamentares sobre a Amazônia brasileira (2000-2017). O objetivo é examinar como o tema foi tratado na arena legislativa, sob quais perspectivas e que argumentos são acionados pelos deputados. O **corpus** compreende 2.778 pronunciamentos, que foram categorizados em 25 temas para a análise de conteúdo, com o auxílio do software NVivo. As principais conclusões mostram que o valor da terra como insumo para a produção agrícola e pecuária é o argumento predominante nos debates, destoando do discurso internacional de viés florestal. O debate é conduzido pela agenda do Poder Executivo, especialmente no que se refere aos seguintes temas: desmatamento, clima, regularização fundiária, áreas de preservação e terras indígenas. O discurso parlamentar dominante reforça a tese de antiecológico do Congresso Nacional, com um nítido alinhamento à perspectiva ambientalista liberal, voltada para a defesa do agronegócio.

Palavras-chave: Amazônia. Meio ambiente. Discurso político. Discurso parlamentar.

I Introdução

O artigo tem como objetivo analisar os discursos parlamentares sobre a Amazônia brasileira no período de 2000 a 2017. As principais questões investigadas são: “Como o tema foi tratado na arena legislativa? Quais as temáticas que se destacam no debate parlamentar? Que argumentos são utilizados pelos deputados? A escolha do debate parlamentar se justifica

¹ Doutor em Sociologia pela UnB. Docente e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Centro de Formação da Câmara dos Deputados (Cefor). Orcid: 0000-0002-3061-8202. E-mail: antonibarros@gmail.com



Direito autoral e licença de uso: Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

pelo diagnóstico de que os estudos existentes até o momento são focados nos discursos e ações do Poder Executivo” (BARROS, 2007).

O debate é fundamental na atividade parlamentar, pois é pelo *parlare* que os sentidos da política são construídos cotidianamente (MIGUEL; FEITOSA, 2009; MOREIRA, 2020). Ademais, o discurso “é um dos meios pelos quais a política se materializa” (MOREIRA, 2016, p. 12), contribuindo para a (re)produção de representações do campo político; por essa razão, os discursos podem ser considerados “a alma do processo legislativo” (PAIVA, 2006) e o parlamento “o lugar por excelência do debate político e um palco aberto aos olhos do público” (LANDOWSKI, 1977, p.123). O parlamento, portanto, é entendido como um campo discursivo (BARROS, 2015a).

Para a execução da pesquisa, compilamos todos os discursos pronunciados no plenário da Câmara dos Deputados sobre a Amazônia. O objetivo é examinar como o tema foi tratado no debate legislativo, sob quais perspectivas e que argumentos são utilizados pelos deputados. O *corpus* de análise compreende 2.778 pronunciamentos, no período de 2000 a 2017. O levantamento foi extraído do banco de discursos do portal da Câmara. Não constam discursos anteriores ao período mencionado.

A classificação temática para a análise de conteúdo foi efetuada por meio do NVivo, um *software* que “organiza e categoriza informações textuais”, de modo a identificar os termos mais recorrentes e “sistematizar análises, facilitando uma rápida reexaminação dos dados” (SILVA; FIGUEIREDO FILHO; SILVA, 2015, p. 122). Os procedimentos metodológicos estão detalhados na abertura do item que apresenta a análise dos pronunciamentos dos parlamentares sobre o tema em estudo.

2 A politização do debate sobre a amazônia

Apesar da relevância das questões econômicas, segundo Bryant e Bailey (1997), nos fóruns internacionais de debate sobre meio ambiente tem predominado a noção de *ambiente politizado*. Para os autores, encarar o ambiente como algo politizado significa que os problemas ambientais não são neutros, mas mediados por relações assimétricas de poder (BRYANT; BAILEY, 1997). Além disso, as questões ambientais envolvem lutas simbólicas em torno da definição e imposição de certos significados, com im-

plicações para os vários atores concernidos, em diferentes escalas, como os contextos políticos locais, nacional e global.

Os autores consideram um *interplay* entre vários atores nas lutas de politização ambiental: o Estado nacional, os organismos multilaterais, as corporações transnacionais, o setor produtivo, as organizações não governamentais, as entidades de base e os movimentos sociais locais. A politização do ambiente consiste, portanto, na ênfase de aspectos políticos do debate, a fim de instituir *políticas da natureza* (LATOURE, 2004). No caso da Amazônia, essa politização ocorre em vários níveis: internacional, nacional, regional e local.

Segundo Bueno (2008, p. 84), nesse enquadramento de politização, desmatamento e queimadas são “[...] representações articuladas em torno do nó central ‘natureza’, pois se constituem em ações que provocam sua destruição”. Para a autora, essa articulação permite que

[...] mesmo posições antagônicas operem dentro do mesmo quadro de representações. A visão do grupo de empresários que vê a natureza como recurso a ser explorado e a do ambientalista, que a vê como bem a ser preservado, estão ambas referidas ao mesmo elemento articulador central. (BUENO, 2008, p. 85).

O desmatamento é reconhecido como um dos principais problemas no que se refere ao debate ambiental sobre a Amazônia brasileira, segundo a abordagem da politização (FEARNSIDE, 2006). O desmatamento causa vários prejuízos aos serviços ambientais oferecidos pela floresta, como a redução da biodiversidade e dos estoques de carbono, além de comprometer o regime de chuvas o ciclo das águas, fator indispensável para o equilíbrio do bioma (FEARNSIDE, 2006).

A agenda da politização também produz silenciamentos, como no caso da sociodiversidade, igualmente ameaçada pela perda de floresta, “já que isto elimina culturas indígenas e extrativistas tradicionais, tais como seringueiros” (FEARNSIDE, 2006, p. 395). Esse contraponto é reforçado por Medina (2012), ao estudar como as comunidades locais se organizam para tentar garantir seus direitos aos recursos naturais amazônicos, em permanente conflito com grandes investidores interessados na exploração escala da terra para pastagens e nas demais fontes de recursos, como minérios,

madeira etc. Enquanto as comunidades locais tentam usar a floresta para a sobrevivência, esses investidores usam as riquezas da região para enriquecimento. Além disso, o autor ressalta o risco da dependência econômica das comunidades locais em relação a empreendimentos de grande porte, realizados por atores econômicos externos: “[...] uma condição primária para o desenvolvimento local é a remoção da dependência dos subordinados em relação aos poderosos” (MEDINA, 2012, p. 77).

Na mesma perspectiva, Almeida (2004) chama atenção para a invisibilidade dessas comunidades tanto no plano nacional como internacional, quando são discutidos os problemas sobre a Amazônia. Devido à repercussão internacional do assassinato do líder seringueiro Chico Mendes em 1988, os seringueiros tornaram-se conhecidos, mas as comunidades locais não se limitam a esse segmento, como os coletores de castanha, de açaí, de cupuaçu e outros frutos da floresta, os pescadores, ribeirinhos, artesãos, entre outros. Os seringueiros se destacaram como o segmento mais organizado politicamente. Assim, “[...] em 20 anos, os camponeses da floresta passaram da invisibilidade à posição de paradigma de desenvolvimento sustentável com participação popular” (ALMEIDA, 2004, p. 33).

Essa invisibilidade também é identificada nos estudos de Zhouri (2006), uma vez que as representações dominantes nos discursos sobre a Amazônia são ancoradas na floresta em si, em nome de um clichê que se estabeleceu no imaginário social e político. Para a autora, essa imagem se deve ao entendimento “[...] de que a sustentabilidade da Amazônia passa necessariamente por um recorte florestal, visão ancorada em uma construção específica de ‘desenvolvimento sustentável’” (ZHOURI, 2006, p. 167). Trata-se de um clichê de interesse do ambientalismo liberal ou capitalismo verde, no qual “[...] as florestas são reduzidas ao estatuto de mercadoria para a sustentabilidade do hegemônico modelo econômico de acumulação” (ZHOURI, 2006, p. 164).

Vários fatores contribuíram para a emergência do ambientalismo internacional, como a ONU, o Clube de Roma e o Banco Mundial, em nome de um novo padrão nas relações multilaterais após a Guerra Fria, além do início da abertura do regime brasileiro (ZHOURI, 2006). Nesse contexto, destacaram-se algumas ONGs de grande porte, “[...] que reduziram a questão ambiental unicamente ao aspecto da conservação de flores-

tas, distanciando-se dos movimentos ambientalistas preocupados com os efeitos negativos da industrialização” (BENTES, 2005, p. 228).

Inicialmente o Brasil resistiu como ocorreu na Conferência de Estocolmo, em 1972. Entretanto, mediante a pressão internacional contínua, o Brasil cedeu às pressões políticas do ambientalismo internacional, a partir da década de 1980, quando a imagem do País passou a ser retratada de forma dramática e recorrente na mídia internacional como incapaz de gerir a floresta amazônica. As imagens de destruição da floresta foram exaustivamente exploradas por movimentos conservacionistas internacionais (ZHOURI, 2006). Assim, “[...] nos debates e processos decisórios do ambientalismo internacional, os representantes brasileiros obedeceram à tendência dominante em não romper com os interesses econômicos e políticos desenvolvimentistas” (BENTES, 2005, p. 232).

Segundo Kolk (1996), um dos fatores que levou o Brasil a ceder foram os financiamentos do Banco Mundial para a implementação das políticas ambientais de interesse da comunidade internacional, além de acordos de cooperação internacional². Ao aderir ao ambientalismo internacional, entretanto, o Brasil deixou de discutir a sustentabilidade sob a perspectiva das comunidades locais, tornando invisível também a diversidade socio-cultural e omitindo-se diante de um aspecto fundamental da racionalidade ambiental, a saber o princípio da justiça ambiental como vetor da sustentabilidade (ZHOURI, 2006, p. 139).

No plano da política ambiental brasileira, “[...] é inegável o acúmulo de expertise política como consequência da participação nacional na concertação internacional sobre governança ambiental” (BARROS, 2015a, p. 21). Como principal legado dessa fase, destaca-se a globalização da política ambiental brasileira no período de 1990-1998, caracterizado por Viola (1998) pelos seguintes aspectos, entre outros: (a) transnacionalização dos atores nacionais, especialmente as agências governamentais; (b) desenvolvimento de uma concepção transnacionalizada da agenda ambiental; (c) crescimento das conexões organizacionais e políticas entre os diversos am-

2 Os financiamentos tiveram início em meados da década de 1980, durante o governo Sarney e foi seu compromisso seguir as diretrizes do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O auge desses financiamentos ocorreu após a realização da Rio 92.

bientalismos nacionais. Nesse período, as políticas ambientais passaram do modelo nacionalista para o modelo globalizante, com “maior abertura à cooperação internacional com respeito aos problemas ambientais em particular na Amazônia” (VIOLA, 1998, p. 2).

3 O ambientalismo nas arenas políticas

A partir da metade da década de 1980, o movimento ambientalista começou a adquirir maior complexidade, com ênfase em projetos políticos mais abrangentes, a fim de exercer influência sobre as agências estatais, o Poder Legislativo, a comunidade científica e o empresariado (VIOLA; LEIS, 1992). Os movimentos ambientalistas passaram, então, a priorizar pautas de reivindicações que exigiam mudanças em toda a estrutura da sociedade e apelavam para a adesão generalizada das pessoas. Os direitos ambientais passaram a ser associados às reivindicações, campanhas e manifestações públicas em prol da paz, da qualidade de vida, da diversidade cultural, da integração sociocultural, do bem-estar geral da humanidade, independentemente de sua raça, religião, gênero ou nacionalidade (BARROS, 2015b).

A lógica de redes dos movimentos sociais de orientação ecológica, apesar das diferentes identidades militantes, aumentou seus poderes em termos de capacidade para captar e dirigir a atenção do público, intensificando a amplitude de inserção social de suas ideias e reivindicações. Diante desse multifacetado quadro, o ambientalismo passou a ser tomado como exemplo paradigmático da perspectiva de ampliação do olhar histórico e político, principalmente pelo seu potencial de integrar saberes (BARROS, 2017).

A recente configuração do pensamento ecológico é tributária de um ideário filosófico e político gestado pelos movimentos que defendiam a transformação do pensamento social, da ordem cultural e do sistema político das sociedades avançadas no contexto político resultante do após Segunda Guerra Mundial (BARROS, 2013). Apesar da pluralidade de vertentes existentes nesses movimentos, há um escopo político geral que reúne referentes simbólicos comuns que levaram o pensamento ambiental a se tornar um movimento planetário, com ampla visibilidade. Um dos eixos da discussão contemporânea é o socioambientalismo, que pôs em perspectiva a relação entre natureza, sociedade e cultura (ALONSO, 2002; BARROS, 2013).

No caso brasileiro, a literatura registra um fenômeno que merece ser mencionado: a aproximação dos movimentos ambientalistas com insti-

tuições estatais, que foi favorecida pela relação desses movimentos com organizações científicas, “o que levou a uma menor aversão à participação no governo na época da ditadura militar” (ABERS; VON BÜLOW, 2011, p. 66). Alonso, Costa e Maciel (2008), e Abers e Oliveira (2015) mostram que, em vários momentos históricos, figuras expressivas da militância ecológica apoiaram e contribuíram para a criação de órgãos ambientais no âmbito do Estado.

Em alguns casos, esses ativistas chegaram a ocupar cargos estratégicos na burocracia ambiental, ainda no governo militar e também após a redemocratização. Entre os exemplos mais notórios citados por Alonso, Costa e Maciel (2008), estão: José Lutzenberger, no governo Collor; Mary Allegretti, na gestão de Fernando Henrique Cardoso; Marina Silva, Carlos Minc e João Paulo Capobianco, no governo Lula. Marina Silva comandou o Ministério do Meio Ambiente de 2003 a 2008, sendo a primeira mulher a ocupar o cargo e a primeira titular de um partido de esquerda, o PT. Conforme avaliam Abers e Oliveira (2015, p. 345), “[...] esse ato guardou um simbolismo que surpreendeu a todos, inclusive representantes de ONGs ambientalistas, que haviam feito campanha para a nomeação da ativista”. Afinal, até então, o setor ambiental tinha sido “[...] marginalizado pelos governos anteriores e aquele ato de Lula sinalizava uma atenção maior a essa pauta, enchendo os ambientalistas de esperança” (ABERS; OLIVEIRA, 2015, p. 345).

Com a saída de Marina Silva, em 2008, as políticas ambientais de orientação conservacionistas perderam força e as medidas alinhadas ao ambientalismo liberal se fortaleceram, a exemplo da defesa pelo Poder Executivo da construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, na Amazônia. Essa fase representou um esfriamento das relações entre o governo e o movimento ambientalista (ABERS; OLIVEIRA, 2015, p. 359). Desde então, esses movimentos perderam espaço no diálogo e na cooperação com o Poder Executivo, havendo uma ruptura na gestão de Jair Bolsonaro (FEARNSIDE, 2019).

Por outro lado, é oportuno o registro de que, a partir da Cúpula da Terra, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, os movimentos ambientalistas conquistaram visibilidade em escala global (BARROS, 2013). Isso porque a Conferência do Rio (Rio 92 ou Eco 92) marcaria o debate sobre desenvolvimento, sustentabilidade e mudanças climáticas. Assim, a Cú-

pula da Terra ou Rio 92 impulsionou a participação da sociedade civil. A diversificação dos atores sociais está diretamente relacionada à complexificação dos movimentos ambientalistas, com uma diversidade de agentes sociais, na medida em que mobiliza a sociedade civil, o mercado, o Estado e o sistema político (BARROS, 2013). A Rio 92 “[...] foi crucial para promover a profissionalização e internacionalização de organizações ambientalistas brasileiras” (ABERS; OLVEIRA, 2015, p. 344).

Esse cenário político polinucleado, com a predominância das retóricas conciliadoras, em prol do desenvolvimento sustentável, numa perspectiva de reconciliação da ecologia com a economia, também trouxe desvantagens, especialmente com o enfraquecimento dos movimentos ambientalistas de natureza mais radical. A institucionalização dessa perspectiva ambiental reprimiu as correntes mais revolucionárias, a exemplo das vertentes ancoradas no ecossocialismo ou no ambientalismo libertário e radical (BARROS, 2018).

Por outro lado, a perda do idealismo dos movimentos de inspiração radical pode ter sido compensada com o pragmatismo das organizações não governamentais do ambiente, mais empenhadas em alianças em prol do desenvolvimento sustentável do que no confronto ideológico com o Estado e o os setores empresariais (VIOLA; LEIS, 1995). Isso levou a uma inserção transversal das ideias ecológicas na sociedade.

A transversalidade dos ambientalismos passou a ter reflexo nas arenas políticas e parlamentares, a começar pelos partidos “verdes”, que começaram a surgir a partir da década de 1970 na Europa, no Canadá e Austrália. No Brasil, o Partido Verde (PV) foi criado em 1986. Em 1985, havia sido criado o Núcleo de Ecologistas do Partido dos Trabalhadores (PT) – o primeiro registro existente na literatura sobre a adesão ostensiva de um partido político brasileiro à questão ambiental, embora se tratasse de um núcleo integrante da organização interna do partido, com o propósito de congregar os militantes petistas que simpatizam com a causa ecológica (BARROS, 2017).

O PV surgiu sob influência de movimentos ecológicos internacionais “que defendiam o pacifismo, a justiça social, a cultura de paz e a igualdade social”. Seu discurso “tem como base a ecologia política e social de forma abrangente” (BARROS, 2015a, p. 709). O Partido Ecológico Nacional (PEN) foi criado em 2012, “[...] com o propósito de apresentar-se como

uma alternativa específica para a formulação de políticas de sustentabilidade em nível nacional” (BARROS, 2015a, p. 709). Em vez de uma visão ecológica abrangente: “O PEN defende um ambientalismo não radical e mais específico, com foco em temas como recuperação das matas ciliares, cuidados com o lixo e energia solar” (BARROS, 2015a, p. 709). A Rede Sustentabilidade foi criada em 2015, com o propósito de propor políticas econômicas, sociais e culturais pautadas pela sustentabilidade, entendida como algo mais amplo, além de suas bases ecológicas em si.

Além dos partidos é oportuno mencionar a Frente Parlamentar Ambientalista, criada em 2007, que conta atualmente com 216 deputados e cinco senadores (MOLON, 2019), apesar do diagnóstico que de o Congresso Nacional brasileiro é ostensivamente antiecológico no comportamento parlamentar, especialmente no que se refere à organização e poder de barganha da chamada “Bancada Ruralista”, notoriamente defensora de medidas para favorecer o agronegócio, a exploração mineral e outras práticas econômicas em desacordo com a ideia de politização ambiental (ACCIOLY; SÁNCHEZ, 2012, p. 102).

A aparente elevada adesão parlamentar à Frente Parlamentar Ambientalista colocou na cena política brasileira os partidos que podem se denominados de *ambientalistas acidentais* (BARROS, 2018). Trata-se de um movimento de aproximação de partidos de orientação liberal com alguns temas da agenda verde, de forma seletiva, devido à competição eleitoral, visto que essa agenda passou a funcionar como um diferencial positivo no programa dos partidos e seus respectivos candidatos.

O *esverdeamento* das matizes partidárias se dá pela aproximação com o ideário do chamado *ambientalismo liberal*, um poderoso ativo simbólico que tonificou o espírito do chamado *novo capitalismo*. O foco do ambientalismo liberal é a retórica otimista da sustentabilidade em oposição ao foco do ambientalismo radical nas críticas ao sistema de exploração da natureza pelo mercado (BARROS, 2015a). O ambientalismo liberal ou capitalismo verde é considerado uma forma de adaptação do discurso ambiental à economia de mercado capitalista, pela via da economia verde. O ambientalismo radical, ao contrário, de orientação marxista, pela vertente do ecossocialismo, considera que a preservação da natureza é incon-

ciliável com as práticas e lógicas do mercado capitalista (BARROS, 2018).³ A vertente liberal consiste numa visão conciliadora entre economia de mercado e política ambiental. Em tal perspectiva, o bem de todos, inclusive o bem relativo ao meio ambiente natural, deve ser promovido e garantido através da livre operação da economia de mercado (SALLES, 2006; FARHIR NETO, 2006). Trata-se, portanto, de um “processo de politização do espaço da produção”, de forma a construir uma narrativa favorável às propostas de redefinição do desenvolvimento econômico, sem perder seu caráter liberal (SANTOS, 2010, p. 275).

A corrente ambientalista liberal entende, “[...] tanto do ponto de vista econômico, quanto político, que o mercado é o meio mais eficiente para resolver as questões ambientais” (SALLES, 2006, p. 57). Nessa visão, “[...] o bem de todos, inclusive o bem relativo ao meio-ambiente natural, pode ser promovido e garantido através da livre operação da economia de mercado com suas leis internas” (RODRIGUES, 2006, p. 169). A gestão responsável do ambiente não exclui o lucro. Ao contrário, por ser fonte de lucro, a natureza deve ser governada e gerenciada como um negócio rentável e economicamente responsável. Uma questão política central, nessa perspectiva “[...] é a de cessar os danos ambientais sem diminuir as liberdades individuais, e sem provocar conflitos entre a vontade particular, a da maioria, e o bem comum ou vontade geral” (SALLES, 2006, p. 59).

Os defensores do ambientalismo liberal “[...] consideram toda intervenção governamental no livre funcionamento da economia indesejável e ineficiente”; para eles, “[...] a função essencial do Estado é a proteção da vida, da liberdade e dos direitos vinculados à propriedade” (RODRIGUES, 2006, p. 169). Apesar das críticas ao liberalismo ambiental, considerado incompatível com a proteção efetiva da natureza, o avanço das ideias e dos projetos ecológicos de cunho liberal tem sido considerável, desencadeando um processo que resulta “no capital tingido de clorofila” (SANTOS, 2009).

O ponto a ser ressaltado nas propostas de ambientalismo liberal está no fato de “se orientar pelo interesse humano, interesse econômico ou po-

3 Convém ressaltar que a literatura registra uma diversidade de nomenclaturas e classificações dos discursos ambientais. Dryzek (1997) ressalta quatro categorias: sobrevivencialismo, resolução de problemas, sustentabilidade e radicalismo verde. O socioambientalismo também ocupa lugar de destaque, ao propor a superação das dicotomias existentes entre as questões sociais e ambientais, além de defender maior participação dos movimentos sociais na elaboração de políticas públicas ambientais (SANTILLI, 2005).

lítico” (FARHI NETO, 2006, p. 162), apoiando-se em uma ética de gestão ambiental; assim, acredita-se que:

[...] a crise ecológica possa se resolver com recursos estritamente econômicos, por exemplo, a privatização dos recursos hídricos, a mercantilização do ambiente e das espécies vivas, sem que seja necessário redefinir a posição das sociedades humanas na sua relação com a natureza. (FARHI NETO, 2006, p. 162).

Os embates entre o ambientalismo liberal e as vertentes mais radicais tiveram reflexos diretos, em vários momentos da política brasileira, tanto no Poder Executivo quanto no Legislativo. Um exemplo típico desses embates foi a revisão do Código Florestal em 2012, que incorporou grande parte das propostas de interesse dos setores agrícola e pecuário.

Na Câmara dos Deputados, até o ano de 2004 as questões ambientais eram tratadas como temas secundários pela então Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias (CDCMM). No ano de 2004, foi criada a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS), resultado do desmembramento da CDCMM. Entre as atribuições da CMADS, foram definidos temas relacionados com (a) a política e o sistema nacional do meio ambiente; (b) direito ambiental; (c) legislação de defesa ecológica; (d) recursos naturais renováveis; (e) flora, fauna e solo; (f) edafologia e desertificação; (g) desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2004).

Desde 1997 havia a Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA), mas sua prioridade inicialmente não era a agenda ambiental. A CINDRA tinha como atribuições tratar de assuntos relativos à região amazônica, especialmente sobre integração regional e estabelecimento de limites legais. Entre outros aspectos de sua competência, destacavam-se: valorização econômica dos produtos regionais; assuntos indígenas; regulação da caça e da pesca, exploração dos recursos minerais, vegetais e hídricos; turismo; desenvolvimento e integração da região amazônica; planos regionais de desenvolvimento econômico e social e incentivo regional da Amazônia. As temáticas relativas a desenvolvimento sustentável foram incorporadas posteriormente (BARROS, 2015b).

4 Metodologia

O primeiro procedimento metodológico para a análise textual, com a utilização do NVivo, foi reunir todos os pronunciamentos em um úni-

co documento e exportado para o *software*. Em seguida, foi realizada a codificação dos documentos conforme as regras para a análise de conteúdo (BARDIN, 2009). Essa etapa consistiu em reunir todos os trechos que abordassem o mesmo tema em um tópico específico. A codificação resultou em 25 categorias temáticas, conforme será detalhado adiante. O terceiro passo consistiu no uso da função “memos e comentários”, que permite fazer anotações sobre os tópicos resultantes da codificação. Tais anotações serviram para orientar a análise de conteúdo, a etapa final da pesquisa.

Para contextualizar a análise temática, o NVivo também foi utilizado para identificar a distribuição dos discursos ao longo do período em estudo (2000-2017). Em seguida, foi mapeada a região geográfica de cada parlamentar. Na sequência, agrupamos os pronunciamentos às suas respectivas agendas e atores (Poder Executivo, Poder Legislativo etc.) e seus desdobramentos, conforme será apresentado posteriormente. Por fim, foi realizada a análise de conteúdo relativa a cada uma das 25 categorias temáticas.

A análise temática ou categorial é um dos recursos mais usados na análise de conteúdo. Consiste em agregar os conteúdos manifestos nos textos analisados em unidades de análise representados pelos temas ou categorias. Essa operação considera os seguintes critérios: objetividade, sistematicidade, pertinência, homogeneidade, exclusividade e coerência (BARDIN, 2009). Para a análise qualitativa, na qual o pesquisador exerce uma função ativa, a leitura dos pronunciamentos é indispensável.

5 Análise dos dados

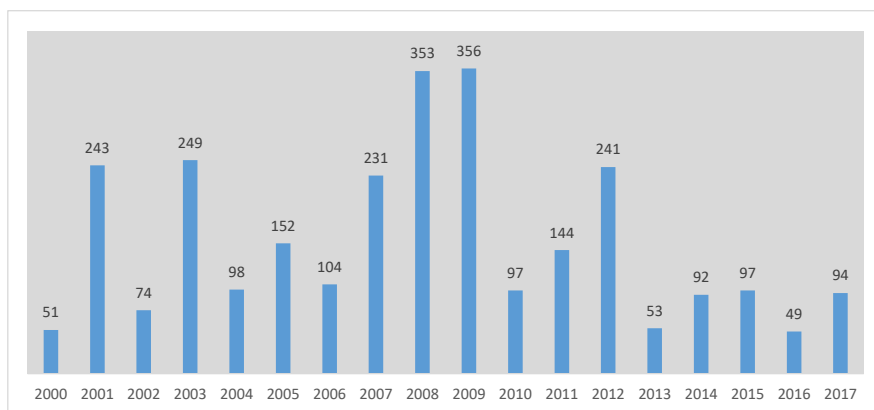
A distribuição anual é bastante irregular, como mostra o Gráfico 1, porém com presença do tema em todos os anos. Os períodos de maior volume de pronunciamentos se justificam principalmente por medidas e iniciativas do Poder Executivo. Em 2001, os fatos que motivaram o expressivo volume de manifestações parlamentares foram: a criação do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental; a Medida Provisória nº 2.146, de 2001, sobre a extinção da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM); e a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada à investigação da ocupação de terras públicas na Amazônia.

Em 2003, os fatos mais marcantes foram: a recriação da SUDAM; O debate motivado pela biopirataria na Amazônia, com o encaminhamen-

to de manifesto ao Parlamento japonês pelo cancelamento do registro da marca Cupuaçu feito pela empresa japonesa *Açaí Foods*; e o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Amazônia Sustentável. Em 2008 o maior impacto nos pronunciamentos foi causado pela Medida Provisória nº 422/2018, a qual alterava as regras para a regularização fundiária na Amazônia, com dispensa de licitação. Também houve bastante repercussão a divulgação de relatório sobre o desmatamento na Amazônia pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e a exoneração da Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva pelo então Presidente Lula.

Em 2009 continuou o debate sobre a regulamentação fundiária na Amazônia, o que motivou a criação de CPI destinada à investigação da ocupação de áreas na região amazônica por organizações não governamentais e empreendedores estrangeiros. O lançamento do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPCPS) pelo Ministério do Meio Ambiente também causou ampla repercussão, além da aprovação do projeto de lei sobre pagamento de indenização aos agentes da extinta Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SU-CAM) contaminados pelo inseticida Diclorodifeniltricloroetano (DDT). O PNPCCPS foi criado para promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e garantir alternativas de geração de renda para as comunidades rurais, por meio do acesso às políticas de crédito, à assistência técnica e extensão rural, a mercados e instrumentos de comercialização, e à política de garantia de preços mínimos.

Em 2012 o debate foi estimulado pela Medida Provisória nº 558/2012 que alterou as alterações nos limites dos parques nacionais localizados na Amazônia, dos Campos Amazônicos e das Florestas Nacionais de Itaituba I, Itaituba II e da Área de Proteção Ambiental do Tapajós. Outro fato relevante foi a aprovação do projeto de lei sobre a criação da empresa pública Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S/A (AMAZUL). Além disso, houve grande repercussão entre os parlamentares a realização da Conferência Rio+20 (Gráfico 1).



* Total = 2.778 pronunciamentos.

Gráfico I – Distribuição dos discursos por ano*

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

A Tabela 1 mostra que os deputados da própria região amazônica são os mais ativos no debate sobre os temas relacionados à região. Em seguida, estão os deputados do Sudeste e do Nordeste. Os da região Sul são os que menos falam sobre a Amazônia, o que se justifica tanto pela distância geográfica como pela menor quantidade de parlamentares, visto que a região Sul conta com apenas três estados.

A identificação da origem dos parlamentares é relevante no sentido de que se observam dois modos de falar sobre a região: (a) um lugar de fala amazônica,⁴ com uma perspectiva situada e contextualizada a partir da experiência local, de vivências e conhecimentos em um lugar específico; (b) um lugar de fala em que a região é apenas uma referência distante, ou seja, um espaço “muito conhecido” em razão de sua presença constante no debate político e no noticiário, devido às frequentes queimadas, ao desmatamento, ao comércio ilegal de madeira e à exploração clandestina de garimpos, entre outros temas.

4 O lugar de fala é construído a partir da posição social do sujeito, expressando sua perspectiva sobre um tema, com base na sua identidade, autoridade ou especialização. Assim, o lugar de fala amazônica teria maior legitimidade discursiva do que o de um sujeito de outra região (ALMEIDA, 2004).

Ao analisar os pronunciamentos dos parlamentares percebemos que os deputados nativos da Amazônia dirigem seu falar a uma comunidade discursiva conhecida, com a qual ele também se identifica e dela faz parte, apesar de heterogênea e multifacetada. Os demais dirigem seu discurso “aos brasileiros” de modo geral, uma comunidade discursiva imaginada, pois não conseguem se identificar diretamente com a região, pelo fato de não serem amazônidas e conhecerem a região apenas pelas imagens e pelos discursos dos deputados nativos e dos veículos de comunicação.

Tabela 1 – Origem dos parlamentares

ORIGEM	N	%
Amazônia Legal	1863	67,06
Sudeste	532	19,15
Nordeste	227	8,17
Sul	156	5,62
Total	2778	100

Fonte: Elaborada pelo autor (2019).

As tabelas 2 e 3 apresentam um perfil dos oradores, quanto ao sexo e os partidos. Há uma expressiva predominância de homens, com 92,84%.

Tabela 2 – Distribuição dos pronunciamentos por sexo dos parlamentares

Sexo	Quantidade	%
Masculino	2.579	92,84
Feminino	199	7,16
Total	2.778	100

Fonte: Elaborada pelo autor (2019).

Em relação aos partidos, predominam os que contaram com as maiores bancadas na Câmara no período: PT, MDB, PSDB e DEM, conforme exposto na Tabela 3. O principal destaque é o PT, com 225,31%, o que se explica pelo fato de ter sido uma das maiores bancadas durante todo o período de governo do partido, incluindo os dois mandatos de Lula e a

gestão Dilma Roussef. Como o *corpus* de análise é composto pelos pronunciamentos no Plenário, a maioria de discursos do PT se justifica ainda em razão da votação de matérias de iniciativa ou de interesse direto do governo, como as medidas provisórias e os projetos de lei.

Tabela 3 – Distribuição dos pronunciamentos porlegenda partidária

	Partidos	Quantidade	%
1	PT	703	25,31
2	PP	86	3,10
3	PSOL	57	2,05
4	PSB	87	3,13
5	PPS	78	2,81
6	PCdoB	32	1,15
7	PSD	38	1,37
8	MDB	570	20,52
9	PSDB	487	17,53
10	PDT	102	3,67
11	DEM	201	7,24
12	PTB	63	2,27
13	PP	48	1,73
14	PV	59	2,12
15	PRB	67	2,41
16	PR	57	2,05
17	PMN	43	1,55
	TOTAL	2.778	100

Fonte: Elaborada pelo autor (2019).

A agenda do Poder Executivo⁵ é que mais motiva os parlamentares a se manifestarem sobre a Amazônia, como no caso dos debates durante a votação das medidas provisórias, dos projetos de leis e do anúncio de medidas governamentais como a extinção e recriação da Sudam, entre outros, como se vê nas Tabelas 4 e 5.

É oportuno salientar que a literatura registra que o predomínio da agenda do Poder Executivo ocorre em praticamente todas as matérias que passam pelo debate legislativo. Além do poder de agendar o Congresso Nacional, o êxito do Poder Executivo é predominante na maioria das votações. O Executivo “[...] é responsável pela maioria das iniciativas que se tornam lei, o que se espelha na taxa de dominância. Notamos ainda que a aprovação das medidas apresentadas pelo Executivo é obtida por meio do apoio sistemático no Legislativo, apoio esse construído em bases partidárias” (LIMONGI; FIGUEIREDO, 2009, p. 79). Essa explicação é relevante também no contexto da agenda ambiental.

Tabela 4 – Agendas em discussão

Agendas – AM	N	%
Agenda do Poder Executivo	1.452	52,27
Agenda do Poder Legislativo	647	23,29
Agenda dos Parlamentares	458	16,49
Agenda de outros atores (ONGs, organismos internacionais, governos estaduais, Ibama)	221	7,96
Total	2.778	100

Fonte: Elaborada pelo autor (2019).

Os discursos relacionados à agenda do próprio Poder Legislativo aparecem em segundo lugar, com 23,29%. Tal agenda é representada principalmente pela atividade das comissões, como a Comissão da Amazônia e a CPI que foi criada para investigar irregularidades fundiárias na região. Os pronunciamentos relativos às atividades dos próprios parlamentares figuram com apenas

5 A classificação dos pronunciamentos conforme a agenda exposta na Tabela 4 foi realizada mediante a leitura das notas taquigráficas das sessões, resultando numa ficha de registro dos atores mencionados e interpelados pelos parlamentares.

16,49% e tratam principalmente de tomada de posição, com manifestos a favor ou contra determinadas questões. As iniciativas próprias dizem respeito à apresentação e relatoria de projetos de leis, à participação em eventos legislativos e ao registro de fatos históricos, como o massacre de Eldorado de Carajás, o assassinato de Chico Mendes e da missionária Dorothy Stang.

Tabela 5 – Desdobramento das agendas em discussão

Agenda do Poder Executivo	N	%
Debate parlamentar sobre medidas provisórias	1.214	83,61
Debate sobre projetos de lei	126	8,68
Debate sobre outras iniciativas	112	7,71
Subtotal	1452	100
Agenda do Poder Legislativo		
Debate sobre atividade das comissões	421	65,07
Debate sobre eventos legislativos	192	29,68
Debate sobre missões oficiais	34	5,26
Subtotal	647	100
Agenda dos Parlamentares		
Manifestos	347	75,76
Iniciativas próprias	53	11,57
Eventos	31	6,77
Memória política	27	5,90
Subtotal	458	100
Agenda de outros atores ecológicos (ONGs, organismos internacionais, governos estaduais, Ibama)		
Apoio dos parlamentares	183	82,81
Crítica dos parlamentares	38	17,19
Subtotal	221	100
Total	2.778	

Fonte: Elaborada pelo autor (2019).

O elenco temático é amplo, com 25 itens, como mostra a Tabela 6. Desse conjunto, os cinco mais relevantes são: desmatamento, clima, regularização fundiária, áreas de preservação, e terras indígenas. Diante da

variedade e pulverização temática, optamos pela análise dos cinco temas predominantes, uma vez que não haveria espaço para examinar em profundidade todo o extenso elenco de 25 temas.

Tabela 6 – Temas dos discursos

	TEMAS	N	%
1	Desmatamento	693	24,86
2	Clima	356	12,77
3	Regularização Fundiária	177	6,35
4	Áreas de Preservação	128	4,59
5	Terras Indígenas	123	4,41
6	Viação e Transportes	109	3,91
7	Enchentes	98	3,52
8	Fronteiras	97	3,48
9	Biodiversidade	95	3,41
10	Homenagens	91	3,26
11	Recursos Hídricos	91	3,26
12	Desenvolvimento Rural	78	2,80
13	Energia	73	2,62
14	Mineração	68	2,44
15	Fundos de Financiamento Ambiental	67	2,40
16	Comunidades Locais	64	2,30
17	Segurança Pública	56	2,01
18	Saúde	53	1,90
19	Ciência, Tecnologia e Inovação	47	1,69
20	Mídia	45	1,61
21	Agricultura e Pecuária	43	1,54
22	Crimes Ambientais	42	1,51
23	Cultura	32	1,15
24	Serviços Ambientais	21	0,75
25	Educação Ambiental	21	0,75
26	Outros	20	0,72
	Total	2788	100

Fonte: Elaborada pelo autor (2019).

5.1 Desmatamento

Os debates sobre desmatamento são recorrentes e fazem parte de todo o período. Os discursos analisados mostram quatro tendências no debate. A primeira é de crítica geral, sem nomear os responsáveis pelo avanço do desmatamento, como se observa nos seguintes trechos:

*As razões do desmatamento estão no **modelo de desenvolvimento econômico** que vem sendo implementado há décadas na Amazônia. A região passou por diversos ciclos econômicos – o da borracha, da madeira e da mineração –, mas nunca se importou com o ambiente. (Eduardo Valverde – PT-RO, 07/04/2004, grifos meus).*

*Não temos tratado com cuidado esse grande **patrimônio que herdamos de nossos antepassados**, sobretudo no tocante à preservação de florestas. Desde 1970, mais de 600 mil km² da Floresta Amazônica foram destruídos para a **criação de gado**. (Stefano Aguiar – PSD-MG, 07/06/2016, grifos meus).*

Em ambos os exemplos os parlamentares relacionam o desmatamento com o modelo de desenvolvimento econômico adotado na região, indicando principalmente o agronegócio como a causa da redução da cobertura florestal, como se pode observar nos trechos em negrito. Os dois pronunciamentos ressaltam ainda a dimensão temporal, como nas expressões “há décadas” e “nossos antepassados”, e “atualmente”, relacionando o passado com o presente. O sistema econômico é apontado como o responsável pelo avanço do desmatamento, numa perspectiva contrária ao discurso do ambientalismo liberal ou capitalismo verde.

A segunda tendência discursiva tematiza questões locais e sua relação com o âmbito internacional do impacto do desmatamento, como no caso das controvérsias sobre a decisão do governo da Noruega de reduzir em 50% o financiamento para o fundo de combate ao desmatamento na Amazônia. O deputado Arnaldo Jordy (PPS-PA, 05/07/2017) ponderou que: “[...] *tem razão a Noruega, de certa forma, porque, em 2016, nós tivemos um aumento no desmatamento de, aproximadamente, 58% em relação à série histórica anterior*”. Por outro lado,

[...] é preciso denunciar o Governo norueguês, que tem uma empresa no Pará, a mineradora Hydro, que extrai alumínio e está condenada a uma multa de 17 milhões de reais pelo Ministério Público Federal, além de responder por mais de 2 mil processos ambientais. (Arnaldo Jordy – PPS-PA, 05/07/2017).

Representante da base governista na época, o Deputado Alceu Moreira (PMDB-RS, 28/06/2017) também criticou a decisão, mas com o intuito de defender a política ambiental do Governo Temer:

É o mesmo que alguém falar da Noruega como se fosse uma baliza ambiental, quando, na verdade, mesmo com toda a oposição do Greenpeace [...] furou poços no Ártico e extrai petróleo, com todo o grau de contaminação que isso envolve. A Noruega é um país que não tem sequer uma árvore para fazer qualquer tipo de crítica ao Brasil, país que mais preserva no mundo.

O deputado Ivan Valente (PSOL-SP, 28/06/2017), na mesma ocasião, atribuiu a decisão do governo norueguês ao fortalecimento dos interesses da Bancada Ruralista na condução do afrouxamento das políticas de preservação na Amazônia. Para o deputado, tem razão o primeiro ministro da Noruega ao afirmar: “Eu sei quem são os ruralistas do Brasil. Por isso, eu vou cortar metade da verba, porque vocês estão desmatando a Amazônia”.

O viés escolhido pelo deputado Ivan Valente aponta os ruralistas como os responsáveis pelo desmatamento na região. Esse parlamentar abraça o enquadramento do discurso global sobre a Amazônia, que ressalta sua “vocação florestal”, mas também defende as populações locais. Assim, ele refuta as teses do ambientalismo liberal e da economia verde, que reduzem a floresta   sua dimensão de mercadoria fundamental para o novo modelo de capitalismo verde (ZHOURI, 2006).

A terceira tendência discursiva consiste numa crítica partidarizada em âmbito nacional, atribuindo aos governantes de cada período a responsabilidade pelo problema. O deputado N cias Ribeiro (PSDB-PA, 06/08/2001) responsabiliza o Governo do PT pelos “excessos” cometidos na fiscaliza o das queimadas:

Não se pode admitir que fiscais do IBAMA, juntamente com a Polícia Federal, invadam casas, armados de metralhadora, como se os trabalhadores caboclos da região fossem bandidos.   preciso que se saiba que esses caboclos não conseguem plantar roças sem queimadas. Ele faz isso porque aprendeu com o pai, os avós, os tetrav s.

Aqui o foco da crítica parlamentar   a fiscaliza o ambiental, representada como uma forma de violência contra as popula es locais que praticam a agricultura de subsistência, com roças queimadas. Os caboclos ama-

zônidas são representados como vítimas do sistema de fiscalização oficial. Trata-se de uma das raras manifestações discursivas em que as populações locais são mencionadas pelos parlamentares, visto que predominam os discursos sobre a floresta, como esta fosse um vazão humano. Por outro lado, o viés apresentado sobre a dimensão “gente” é bem reduzida, limitando-se à figura do caboclo amazônida. Isso confirma o que Zhouri (2001, 2006) já documentou sobre a pobreza das representações sobre as populações amazônidas no discurso ambiental ancorado no recorte florestal.

A quarta tendência discursiva se opõe à terceira, ou seja, reúne manifestações de apoio às medidas governamentais no combate ao desflorestamento. As duas últimas tendências discursivas são formadas com base na relação dos parlamentares com o Governo do período, na lógica parlamentar de base de apoio e de oposição. Entre os que apoiam as políticas ambientais do então Governo do PT, a estratégia predominante é recorrer a dados positivos de relatórios oficiais, como estratégia de reforço discursivo, em que as estatísticas são acionadas como provas para acentuar o regime de verdade dos discursos:

Dados recentes indicaram, entre agosto de 2010 e julho de 2011, uma redução de 8% no desmatamento em comparação com o período anterior [...]. Essa foi a menor taxa de desmatamento registrada desde que o INPE começou a fazer a medição, em 1988 (Leonardo Monteiro – PT-MG, 01/06/2016).

Levantamento do Governo mostra que o desmatamento caiu 23% na área onde o Governo Federal realiza a Operação do Arco Verde Terra Legal (Vanessa Grazziotin – PCdoB-AM, 15/12/2010).

O que se observa nos pronunciamentos é que as tradicionais clivagens ideológicas (esquerda, centro e direita) não exercem tanta relevância na tomada de posição dos parlamentares quando debatem sobre desmatamento. O que se confirma como mais expressiva é a posição dos parlamentares em relação ao governo de cada momento, posto que o empreendimento retórico é feito primordialmente para defender e legitimar as medidas dos governantes que o partido dos parlamentares apoia e criticar a oposição. Isso confirma algumas das posições já registradas na literatura sobre o tema, como é o caso de Bobbio (2001), que inclui a questão ecológica como transversal em termos ideológicos e partidários, uma vez que cada partido

passou a construir discursos e representações ambientais, mas sem necessariamente limitar as temáticas ecológicas a nuances do espectro ideológico. A exceção, no caso em estudo, é o PSOL, representado pelo deputado Ivan Valente, que defende uma visão ambiental mais alinhada aos movimentos ambientalistas radicais, ecossocialistas (BARROS, 2018).

5.2 Clima

Uma das questões apontadas pelos pronunciamentos foi a intensificação da seca na Amazônia, como consequência do aquecimento global. Para o deputado Leo de Brito (PT-AC, 14/07/2016), na Amazônia, *“os efeitos dessa brusca mudança do clima são ainda mais severos, pois estão aliados ao desmatamento ilegal e às queimadas”*. O deputado cita o exemplo do Rio Acre, *“[...] um dos principais rios do manancial do Estado do Acre, que em junho deste ano chegou a medir 1,94 centímetros, um dos menores índices já registrados, a expectativa é de que o Estado enfrente a maior seca da história do Rio Acre.*

Para o deputado Roberto Britto (PP-BA, 02/04/2009), o desmatamento e a queimada de florestas e matas também colaboram para acentuar a seca na região: *“Os raios do sol atingem o solo e irradiam calor na atmosfera. O resultado é o aumento da temperatura”*.

Os parlamentares da base governista de apoio ao PT fizeram vários pronunciamentos para elogiar a atuação do Brasil nas negociações sobre as mudanças climáticas, numa clara demonstração de politização dos debates sobre a Amazônia (BRYANT; BAILEY, 1997; BUENO, 2008; BARROS, 2017), conforme foi abordado na primeira parte do texto:

O Presidente Lula deu mais um passo importante, com a implantação de uma política para contribuir com o movimento mundial de redução dos efeitos das mudanças climáticas. Na semana passada, V. Exa. criou o Comitê Interministerial sobre Mudança no Clima, que ficará com a responsabilidade de coordenar as iniciativas do País na área. (Átala Lins – PMDB-AM, 09/11/2007).

Em 2008, o Brasil elaborou o Plano Nacional sobre Mudança do Clima, com um conjunto de metas para a redução das emissões de carbono. O Governo assumiu voluntariamente o compromisso de reduzir entre 36,1% e 38,9% as emissões. Em 2009, o Congresso Nacional aprovou a Política Nacional sobre Mudança do Clima, e referendou as metas de redução. (Stefano Aguiar – PSB-MG, 02/07/2014).

Os pronunciamentos citados acima assumem a função de propaganda das ações governamentais, sem nenhuma menção à atuação do parlamento. Trata-se de uma forma de valorizar a instância de governança política, inclusive com a personalização do titular do Poder Executivo na época. A tribuna da Câmara se torna, assim, um espaço de legitimação das ações do Governo da época. Desse modo, os discursos atuam como forças capazes de materializar a política, construindo e fixando sentidos e representações simbólicas do campo político (MIGUEL; FEITOSA, 2009; MOREIRA, 2016; PAIVA, 2006; MOREIRA, 2020). Tudo isso reforça a noção de parlamento como campo discursivo, que se torna público por meio dos pronunciamentos e debates (LANDOWSKI, 1977; BARROS, 2015a).

5.3 Regularização Fundiária

Este tema foi expressivo em decorrência do debate sobre a Medida Provisória nº 422/2008, que alterava as regras para a regularização fundiária na Amazônia, sem necessidade de licitação. Os parlamentares da região que defenderam a proposta do Governo argumentaram que:

*Como amazônida sou favorável, porque isso vai resolver o problema do conflito fundiário. **A produção** precisa da regularização. O problema hoje nos Estados da Amazônia é exatamente a falta de compreensão do resto do Brasil com relação àqueles que produzem. É preciso entender que na Amazônia também existem **produtores de grãos** que fazem falta na mesa do trabalhador. (Moreira Mendes – PPS-RO, 13/05/2008, grifos meus).*

*No mérito, esta matéria é muito importante para o Brasil e sobretudo para os **produtores rurais** da Amazônia. A aprovação não vai aumentar o desmatamento. Vai dar oportunidade aos **produtores rurais** que já têm 1.500 hectares. (Lira Maia – DEM-PA, 03/05/2008, grifos meus).*

***A Amazônia precisa produzir** [...]. Para contribuir, ela precisa deixar de importar alimentos do Sul e do Sudeste, precisa exportar alimentos para todo o Brasil. (Zé Geraldo – PT-PA, 03/03/2016, grifos meus).*

***Os produtores rurais** poderão ter acesso a créditos, melhorar suas vidas e conquistar o desenvolvimento de seu Município. (Miriquinho Batista – PT-PA, 23/10/2013, grifos meus).*

Como é visível nos trechos destacados, os parlamentares tratam a Amazônia como um espaço específico de “produção”, no sentido agrícola, como se os demais produtos e serviços florestais não tivessem importância alguma.

O que interessa, segundo essa abordagem, é a produção agrícola, safras de grãos, uma forma de valorizar o agronegócio e desvalorizar os demais produtos e serviços florestais. O desenvolvimento é diretamente associado à produção agrícola, desconsiderando outras alternativas de produção.

Os críticos da proposta, como os deputados do PV e do PSOL, alertaram para os riscos de mais desmatamento e devastação, numa clara oposição discursiva aos defensores da “produção”, nos termos mencionados acima:

*Essa medida provisória [...] pode trazer mais destruição para a Amazônia. Em primeiro lugar, ao regulamentar toda essa terra, 20% dela poderá ser queimada, destruída ou preparada [...]. Portanto, o que estamos fazendo é algo bastante perigoso **para nós**.* (Fernando Gabeira – PV-RJ, 13/05/2008, grifos meus).

Tenho que ser claro: somos contra essa medida porque ela aponta para o desmatamento na Amazônia. (Sarney Filho – PV-MA, 07/05/2008).

Essas duas posições enfatizadas no debate parlamentar ressaltam, mais uma vez, a relevância da politização ambiental (BRYANT; BAILEY, 1997). É interessante observar aqui como a politização do debate de questões de cunho econômico reforça o que a literatura analisada destaca, ou seja: as questões ambientais não são neutras, uma vez que nelas estão implicadas relações assimétricas de poder que se expressam na forma de lutas simbólicas em torno da definição e da imposição de sentidos, de perspectivas e de enquadramentos para as políticas da natureza (LATOURET, 2004; BUENO, 2008; BARROS, 2017).

Apenas o PV e o PSOL, representados respectivamente pelos deputados Fernando Gabeira e Ivan Valente, respectivamente, apresentam posições consideradas mais à esquerda, em discursos que se aproximam dos movimentos e das entidades ambientalistas que criticam o ambientalismo liberal e aderem à retórica mais radical, de linhagem ecossocialista, conforme foi detalhado na primeira parte do texto (BARROS, 2018).

5.4 Áreas de preservação e terras Indígenas

O discurso sobre as unidades de conservação também é marcado pela polarização e pela politização. De um lado, estão os que pensam que se trata de uma medida que atrapalha o desenvolvimento econômico da

região; de outro lado, os que avaliam que preservar a floresta é indispensável para a preservação dos recursos genéticos e da biodiversidade, uma riqueza considerada de maior valor estratégico para o novo capitalismo do que a exploração madeireira, a agricultura e a pecuária (ALMEIDA, 2004; FEARNside, 2006; MEDINA, 2012).

Entre os defensores da livre exploração comercial das áreas florestais, destacam-se argumentos como:

Quero dizer que a Bancada do Amazonas, da qual tenho a honra de ser coordenador, esteve em audiência hoje no Palácio do Planalto [...]. pleiteando reexame dos decretos que criaram cinco Unidades de Conservação e mais duas reservas indígenas em território amazonense [...]. As cinco unidades de conservação criadas, somadas, contam com mais de 2,8 milhões de hectares. (Átila Lins – PSD-AM, 06/07/2016, grifos meus).

Quero dividir com os nobres colegas a minha preocupação com a transformação de 2,83 milhões de hectares em unidades de conservação ambiental no Amazonas[...]. Com a criação de cinco novas reservas e a ampliação de outra, milhares de famílias produtoras rurais foram prejudicadas. Essas áreas são habitadas por famílias produtoras há mais de 100 anos e não há histórico de conflitos. Trata-se de um polo produtivo agropecuário sustentável promissor. O impacto econômico e social das demarcações é altíssimo. (Marcos Rotta – PMDB-AM, 15/06/2016, grifos meus).

Além do tom hiperbólico nas referências às unidades de conservação e reservas indígenas (“mais duas”, “cinco novas reservas”), há certo tom de ameaça à “produção”. Os parlamentares entendem que a demarcação de terras indígenas e de áreas de conservação “prejudica a produção”. Mais uma vez, apenas é valorizado o caráter produtivo no sentido agrícola. Os índios são representados não só como antiprodutivos mas também como ameaça à “produção” agrícola na região. Trata-se de uma típica visão ancorada nos pressupostos do ambientalismo liberal, conforme abordado na primeira parte do texto (BARROS, 2018; SALLES, 2006; RODRIGUES, 2006; SANTOS, 2009).

Os opositores à demarcação de reservas indígenas, alinhados ao ambientalismo liberal, alegam que as terras teriam melhor proveito econômico se fossem destinadas ao extrativismo, à agricultura e à pecuária, atividades consideradas por eles como mais rentáveis e condizentes com a realidade de mercado:

*Quero falar da grande preocupação de **toda a população**, principalmente da **classe produtiva de todo o meu Estado**. Todos devem se recordar do processo tumultuado que foi a demarcação da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol. Vários produtores foram desalojados de suas terras [...]. O resultado dessa violência foi que esses pequenos agricultores perderam o seu sustento e migraram para a periferia de Boa Vista. É preciso que se diga que **a União lhes tirou o bem mais precioso para o homem do campo, que é a sua terra**. (Abel Mesquita Jr. – PDT-RR, 09/07/2015, grifos meus).*

Quero trazer ao conhecimento da Casa os absurdos e as incoerências que vivemos na Região Norte deste País, que vivemos na Amazônia. Eu vivi seis anos atrás, com o absurdo que foi a demarcação da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol. (Marcio Junqueira – PROS-RR, 27/02/2014).

Quando defendem os interesses dos produtores rurais, os parlamentares falam em nome de toda a sociedade, de toda a região e de todo o País. A terra é vista como um bem fundamental para esses produtores agrícolas, o que não ocorre no caso dos índios. A demarcação das reservas indígenas e de áreas de conservação é vista como um desperdício, algo nocivo à “produção”, uma violência do Estado contra os produtores rurais, evidenciando mais uma vez a adesão de grande parte dos parlamentares aos princípios e às ideias do ambientalismo liberal.

Cabe o registro de que as vozes defensoras da demarcação de áreas de conservação e de reservas indígenas foram minoritárias no debate parlamentar. O deputado Nilson Mourão (PT-AC, 07/11/2000) referiu-se à demarcação da Reserva Extrativista do Alto Tarauacá como motivo de orgulho e alegria: “*Tive a oportunidade de visitá-la e de conversar com os seringueiros e outros trabalhadores, que aguardam ansiosamente esse ato*”.

Após visita à Reserva da Raposa Serra do Sol, o deputado Padre Ton (PT-RO, 09/12/2013) também se manifestou com otimismo: “*Gostaria de ressaltar como foi importante a demarcação em áreas contínuas. Ali nós percebemos que há mais de vinte comunidades indígenas de várias etnias que foram demarcadas em ilhas e que estão pedindo a expansão dessas áreas*”. Igual postura adotou a deputada Janete Capiberibe (PSB-AP, 10/12/2013), depois de também visitar a reserva: “*O que vimos nos deixou muito felizes e é a prova concreta de como a demarcação é imprescindível para a garantia dos direitos indígenas, de uma vida com qualidade para esses cidadãos brasileiros*”.

Assim, observa-se que, nas disputas discursivas entre os defensores dos interesses do agronegócio e os que reconhecem os direitos indígenas, prevaleceram as vozes que se alinham aos discursos que favorecem os grandes investidores, focados na exploração da terra e de seus recursos em escala industrial, tentando silenciar e tornar invisíveis as comunidades indígenas, suas culturas e seus valores (ALMEIDA, 2004; FEARNSSIDE, 2006; MEDINA, 2012).

6 Considerações finais

Ao analisar os discursos parlamentares sobre a Amazônia, percebe-se que o valor da terra como insumo para a produção agrícola e pecuária é o argumento dominante nos debates, em consonância com a visão liberal do ambientalismo (BARROS, 2018). Assim, a demarcação de áreas de conservação e de terras indígenas é vista como um obstáculo ao desenvolvimento econômico da região, cujo modelo desejado e defendido pelos deputados é o uso da terra para a produção agropecuária. Nesse sentido, o discurso parlamentar predominante destoa do discurso dos organismos internacionais e dos movimentos sociais de orientação ambientalista sobre a politização ambiental na Amazônia, cuja tônica é o recorte florestal (ZHOURI, 2006), conforme foi demonstrado na primeira parte do texto.

Cabe ressaltar a relação entre o *corpus* analisado e a discussão teórica apresentada anteriormente, especialmente no que se refere à politização do debate ambiental relativo à Amazônia. No caso do debate parlamentar, o que fica em primeiro plano é a politização das questões fundiárias, com críticas às políticas de criação de reservas indígenas e unidades de conservação. Há, portanto, um viés favorável ao agronegócio e desfavorável à proteção ambiental.

O discurso parlamentar dominante sobre a Amazônia reforça a tese do antiecológico do Congresso Nacional (ACCIOLY; SÁNCHEZ, 2012), outro aspecto tratado na parte inicial do artigo. A perspectiva parlamentar predominante alinha-se à perspectiva ambientalista liberal, chancelada pelas propostas de desenvolvimento econômico em consonância com o capitalismo verde, considerado um modelo insuficiente para garantir a sustentabilidade ecológica em seu sentido pleno (ANDERSON; LEAL, 1998; FARHI NETO, 2006).

A principal preocupação dos parlamentares é encontrar formas para viabilizar o uso da terra para a agricultura/pecuária. O potencial produtivo do solo é o que mais interessa nos debates. Há pouca atenção ao valor da floresta, seus produtos e serviços ambientais. A sociodiversidade e as populações locais também são silenciadas nos discursos, conforme foi abordado na primeira parte do texto (MEDINA, 2012). Apenas os produtores rurais são vistos como atores do desenvolvimento na região, desconsiderando as comunidades locais, as populações tradicionais, os ribeirinhos, os caboclos e os indígenas.

Além disso, a análise mostra que o debate parlamentar é conduzido pelos temas que integram a agenda ambiental do Poder Executivo, especialmente no que se refere aos seguintes temas: desmatamento, clima, regularização fundiária, áreas de preservação e terras indígenas. Nessa agenda, um tema com abordagem diferenciada foi o clima, uma vez que os discursos dominantes foram aqueles pronunciados pelos partidários do governo da época, com o intuito de ressaltar as iniciativas e ações positivas voltadas para o controle das emissões de gases de efeito estufa.

A politização do debate parlamentar, nesse caso, constitui estratégia partidária para reforçar as políticas governamentais. Convém ressaltar aqui que estamos nos referindo aos pronunciamentos de parlamentares da base de apoio ao Governo que tomava a iniciativa dessas políticas. Como foi comentado na primeira parte desse texto a politização ambiental das arenas políticas e partidárias no Brasil apresenta uma particularidade: o protagonismo do Poder Executivo e o papel secundário do Congresso Nacional. Este último atua de forma reativa, seja para endossar as políticas do Executivo (no caso da base aliada) ou para criticá-las e defender os interesses do agronegócio.

Por fim, convém ressaltar que no debate parlamentar sobre a Amazônia, conforme os temas aqui analisados, o viés ideológico partidário apresenta-se como uma variável pouco relevante. O maior esforço dos oradores é assumir posições que reforcem as políticas e decisões dos governos aos quais estão alinhados. Além disso, outro foco da retórica parlamentar é criticar e desqualificar os adversários do governo que defendem. O PSOL e o PV são duas exceções; afinal, durante todo o período, eles se apresentaram como críticos das políticas ecológicas liberais independentemente do partido que estivesse no comando do Poder Executivo.

Referencias

- ABERS; R.; VON BÜLOW, M. As transformações do estudo dos movimentos sociais: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade. **Sociologias**, v. 13, n. 28, p. 52-84, 2011.
- ABERS, R.; OLIVEIRA, M. S. Nomeações políticas no Ministério do Meio Ambiente (2003-2013): interconexões entre ONGs, partidos e governos. **Opinião Pública**, v. 21, n. 2, p. 336-364, 2015.
- ACCIOLY, I.; SÁNCHEZ, C. Antiecológismo no Congresso Nacional. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 25, p. 97-108, 2012.
- ALMEIDA, M. W. Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 55, p. 33-52, 2004.
- ALONSO, Angela. Ciências Sociais e Meio Ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, v. 17, n. 53, p.35-78, 2002.
- ALONSO, A; COSTA, V.; MACIEL, D. Identidade e estratégias na formação dos movimentos ambientais no Brasil. **Novos Estudos-CEBRAP**, n. 4, [s. p.], 2008.
- ANDERSON, Terry L.; LEAL, Donald R. Free market versus political environmentalism. **Environmental Philosophy**, v.13, 55,, p.112 -128, 1998.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, Lda, 2009.
- BARROS, Antonio Teixeira de. Visões do paraíso: o discurso oficial brasileiro sobre meio ambiente. **Latinoamerica**, v. 44, p. 129-156, 2007.
- BARROS, Antonio Teixeira de. O ambientalismo como interdisciplina sociocultural e pensamento complexo. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, n. 44, p. 63-91, jul./dez. 2013.
- BARROS, Antonio Teixeira de. Política partidária e meio ambiente: a adesão dos partidos políticos brasileiros à agenda verde. **Opinião Pública**, v. 21, n. 3, p. 693-733, 2015a.
- BARROS, Antonio Teixeira de. Agenda Verde Internacional e seus Impactos no Brasil. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 9, p. 160-191, 2015b.
- BARROS, Antonio Teixeira de. Interfaces dos saberes ambientais: complexidade e educação política difusa. **Novos Cadernos NAEA**, v. 20, n. 3, p. 31-52, 2017.
- BARROS, Antonio Teixeira de. Ambientalistas acidentais: a adesão dos partidos políticos brasileiros ao liberalismo verde. **Colombia Internacional**, V. 15, n. 94, p. 111-141, 2018.
- BENTES, Rosineide. A intervenção do ambientalismo internacional na Amazônia. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 54, p. 225-240, 2005.
- BOBBIO, N. **Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

- BRYANT, R.; BAILEY, S. **Third world political ecology**. Londres: Routledge, 1997.
- BUENO, M. F. Natureza como representação da Amazônia. **Espaço e Cultura**, n. 23. Rio de Janeiro: UERJ, 2008.
- DRYZEK, J. **The Politics of the Earth: environmental discourses**. New York: Oxford University Press, 1997.
- FARHI NETO, L. Concepções filosóficas ambientalistas. **International Journal for Moral Philosophy**, v. 5, n. 3, p. 33-56, 2006.
- FEARNSIDE, P. M. Deforestation in Brazilian Amazonia. **Conservation Biology**, v. 19, n. 3, p. 680-688, 2006.
- FEARNSIDE, P. M. Retrocessos sob o Presidente Bolsonaro: um desafio à sustentabilidade na Amazônia. **Sustentabilidade International Science Journal**, v. 1, n. 1, p. 38-62, 2019.
- KOLK, A. **Forests in international environmental politics: international organisations, NGOs and the Brazilian Amazon**. Utrecht: International Books, 1996.
- LATOURE, B. **Políticas da natureza**. Bauru: Edusc, 2004.
- LANDOWSKI, É. Le débat parlementaire et l'écriture de la loi. **Revue française de science politique**, v. 27, n. 3, p. 428-441, 1977.
- LIMONGI, F.; FIGUEIREDO, A. **Poder de agenda e políticas substantivas**. Legislativo brasileiro em perspectiva comparada. Belo Horizonte: UFMG, 2009. p. 77-104.
- MEDINA, G. Governança local para manejo florestal na Amazônia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 78, n. 78, p. 67-79, 2012.
- MIGUEL, L. F.; FEITOSA, F. O gênero do discurso parlamentar: mulheres e homens na tribuna da Câmara dos Deputados. **Dados**, v. 52, n. 1, p. 201-221, 2009.
- MOLON, A. Requerimento de Registro da Frente Parlamentar Ambientalista. Brasília: Câmara dos Deputados, 03 abr. 2019. Disponível em: https://www.camara.leg.br/internet/deputado/Frente_Parlamentar/54012-integra.pdf Consultado em 08/08/19. Acesso em: 10 jun. 2019.
- MOREIRA, D. C. **Com a palavra os nobres deputados: frequência e ênfase temática dos discursos dos parlamentares brasileiros**. Orientador: Paolo Ricci. 2016. 279f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- MOREIRA, D. Com a Palavra os Nobres Deputados: Ênfase Temática dos Discursos dos Parlamentares Brasileiros. **Dados**, v. 63, n. 1, p. 1-37, 2020.
- PAIVA, C. G. **Uma viagem pelo discurso parlamentar**. Orientador: Josenia Antunes Vieira. 2006. 122 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

- RODRIGUES, R. C. O ambientalismo liberal e as exigências conceituais de uma ética genuinamente ambiental. **International Journal for Moral Philosophy**, v. 5, n. 3, p. 165-177, 2006.
- SALLES, P. B. Filiações teóricas do ambientalismo liberal, libertário e socialista. **International Journal for Moral Philosophy**, v. 5, n. 3, p. 57-67, 2006.
- SANTILLI, J. **Socioambientalismo e novos direitos**: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo: Editora Peirópolis LTDA, 2005.
- SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice**. São Paulo: Cortez, 2010.
- SANTOS, C. F. Desenvolvimento sustentável ou do capital “tingido de clorofila”. *In*: ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO, 4., 2009, São José do Rio Preto. **Anais [...]**. São José do Rio Preto: Associação Brasileira de Educação, 2009. p. 71-92?
- SILVA, D. P. A.; FIGUEIREDO FILHO, D. B.; SILVA, A. H. O poderoso NVivo: uma introdução a partir da análise de conteúdo. **Revista Política Hoje**, v. 24, n. 2, p. 119-134, 2015.
- VIOLA, Eduardo. As políticas públicas do primeiro governo Cardoso sob a ótica da sustentabilidade. **Ambiente e Sociedade**, v. 2, n. 3, p. 53-67, 1998.
- VIOLA, E. J.; LEIS, H. R. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. *In*: HOGAN, D. J.; VIEIRA, P. F. (org.). **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992. p. 73-102.
- ZHOURI, A. O ativismo transnacional pela Amazônia. **Horizontes Antropológicos**, v. 12, n. 25, p. 139-169, 2006.

Recebido: 07/08/2019
Aceito: 02/06/2020

Parliamentary speeches on the Amazon: about what the Brazilian deputies say

Abstract

This article analyzes parliamentary discourses on the Brazilian Amazon (2000-2017). The purpose is to examine how the topic was dealt with in the legislative arena, under which perspectives and what arguments are put forward by the deputies. The corpus comprises 2,778 statements, which were categorized into 25 themes, with the aid of NVivo software. The main conclusions show that the value of land as an input for agricultural and livestock production is the predominant argument in the debates, disregarding the international discourse on forestry. The debate is driven by the agenda of the Executive Branch, especially on the following issues: deforestation, climate, land regularization, preservation areas and indigenous lands. The dominant parliamentary discourse reinforces the anti-ecology thesis of the National Congress, with a clear alignment with the liberal environmental perspective focused on the defense of agribusiness.

Keywords: Amazon. Environment. Political discourse. Parliamentary discourse.

Discursos parlamentarios sobre la Amazonía: sobre lo que dicen los diputados brasileños

Resumen

El artículo analiza los discursos parlamentarios sobre la Amazonia brasileña (2000-2017). El objetivo es examinar cómo el tema fue tratado en la arena legislativa, bajo qué perspectivas y qué argumentos son accionados por los diputados. El corpus comprende 2.778 pronunciamientos, que fueron categorizados en 25 temas, con la ayuda del software NVivo. Las principales conclusiones muestran que el valor de la tierra como insumo para la producción agrícola y ganadera es el argumento predominante en los debates, desatando el discurso internacional de recorte forestal. El debate es conducido por la agenda del Poder Ejecutivo, especialmente en lo que se refiere a los siguientes temas: deforestación, clima, regularización agraria, áreas de preservación y tierras indígenas. El discurso parlamentario dominante refuerza la tesis de antiecológico del Congreso Nacional, con un nítido alineamiento a la perspectiva ambientalista liberal volcada hacia la defensa del agronegocio.

Palabras-clave: Amazonia. Medio ambiente. Discurso político. Discurso parlamentario.